

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMILIA
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL N. 058/93

ESTABELECE O PLANO DE CARREIRA DO
MAGISTERIO PUBLICO DO MUNICIPIO, INSTITUI O
RESPECTIVO QUADRO DE CARGOS E DA OUTRAS
PROVIDENCIAS.

JUVENTIL MAFALDA SANTOS, Prefeito Municipal de
Sagrada Familia, FAÇO SABER, no uso das atribuicoes que me sao
conferidas pelo art. 79, item IV da Lei Organica vigente, que a
Camara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a
seguinte Lei.

TITULO I

DISPOSICOES PRELIMINARES

ART. 1 - Esta Lei estabelece o plano de
carreira do magisterio publico do Municipio, cria o respectivo
quadro de cargos, dispoe sobre o regime de trabalho e plano de
pagamento dos membros do magisterio.

ART. 2 - O regime juridico dos membros do
magisterio e o mesmo dos demais servidores do municipio,
observadas as disposicoes especificadas desta lei.

TITULO II

DA CARREIRA DO MAGISTERIO

CAPITULO I

DOS PRINCIPIOS BASICOS

ART. 3 - A carreira do magisterio publico do
municipio tem como principio basicos:

I - Habilitacao profissional: condicao
essencial que habilite ao exercicio do magisterio atraves da
comprovacao de titulacao especifica;

II - Eficiencia: habilidade tecnica e relacoes
humanas que evidenciem tendencia pedagogica, adequacao
metodologica e capacidade de empatia para o exercicio das
atribuicoes do cargo;

III - Valorizacao profissional: condicoes de
trabalho compativeis com a dignidade da profissao e remuneracao
condigna com a qualificacao exigida para o exercicio da
atividade;

IV - Progressao na carreira, mediante promocoos baseadas no tempo de servico e merecimento.

CAPITULO II

DA ESTRURA DA CARREIRA

SECAO I

DAS DISPOSICOES GERAIS

ART. 4 - A carreira do magisterio publico de primeiro grau de ensino, constituida de cargos de provimento efetivo, e estrutura em cinco classes dispostas gradualmente, com acesso sucessivo de classe a classe, cada uma compreendendo, no maximo, tres niveis de habilitacao, estabelecidos de acordo com a formacao do pessoal do magisterio.

ART. 5 - Para efeitos desta lei, cargo e o conjunto de atribuicoes e responsabilidades cometidas ao membro do magisterio, mantidas as caracteristicas de criacao por lei, denominacao propria, numero certo e retribuicao pecuniaria padronizada.

SECAO II

DAS CLASSES

ART. 6 - As classes constituem a linha de promocao dos professores.

PARAGRAFO UNICO - As classes sao designadas pelas letras A, B, C, D, E, sendo esta ultima a final da carreira.

ART. 7 - Todo cargo se situa, inicialmente, na classe "A" e a ela retorna quando vago.

SECAO III

DA PROMOCAO

ART. 8 - Promocao e a passagem do membro do magisterio de uma determinada classe para a imediatamente superior.

ART. 9 - As promocoos obedecerao ao criterio de tempo de exercicio minimo em cada classe e ao de merecimento.

ART. 10 - O tempo de exercicio minimo na classe imediatamente anterior para fins de promocao para a seguinte sera de:

- I - Seis anos para a classe "B";
- II - Sete anos para a classe "C";
- III - Sete anos para a classe "D";

IV - Dito anos para a classe "E"

ART. 11 - Merecimento e a demonstracao positiva do membro do magisterio no exercicio do seu cargo e se evidencia pelo desempenho de forma eficiente, dedicada e leal das atribuicoes que lhe sao cometidas, bem como pela assiduidade, pontualidade e disciplina.

ART. 12 - Em principio, todo o professor tem merecimento para ser promovido de classe.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Fica prejudicado o merecimento, acarretando a interrupcao da contagem do tempo de exercicio para fins de promocao, sempre que o professor:

- I - Somar duas penalidades de advertencia;
- II - Sofrer pena de suspensao disciplinar, mesmo que convertida em multa;
- III - Completar tres faltas injustificadas ao servico;
- IV - Somar dez atrasos de comparecimento ao servico e/ou saidas antes do horario marcado para termino da jornada.

PARAGRAFO SEGUNDO - Sempre que ocorrer qualquer das hipoteses de interrupcao previstas no paragrafo anterior, iniciar-se-a nova contagem para fins do tempo exigido para promocao.

ART. 13 - Acarretam a suspensao da contagem do tempo para fins de promocao:

- I - As licencas e afastamentos sem direito a remuneracao;
- II - As licencas para tratamento de saude no que excederem a noventa dias, mesmo que em prorrogacao, exceto as decorrentes de acidente em servico;
- III - As licencas para tratamento de saude em pessoa da familia;
- IV - Os afastamentos para exercicio de atividades nao relacionadas com o magisterio.

ART. 14 - O merecimento para promocao a classe "E", final de carreira, sera avaliado tambem pelo aperfeicoamento, atualizacao e aprimoramento dos conhecimentos do professor, mediante prova de habilitacao.

PARAGRAFO UNICO - As provas de habilitacao serao realizadas uma vez por ano, no mes de julho, desde que exista professor em condicoes de concorrer a classe final.

ART. 15 - As promocoes terao vigencia:

- I - Para as classes B, C, D, a partir do mes seguinte aquele em que o professor completar o tempo exigido para

a promocao;

II - Para a classe "E", a partir de primeiro de agosto do ano em que obteve habilitacao nos termos do artigo anterior.

SECAO IV

DOS NIVEIS

ART. 16 - Os niveis constituem a linha de habilitacao dos professores, como segue:

NIVEL 1 - Habilitacao especifica de segundo grau completo;

NIVEL 2 - Habilitacao especifica de grau superior, ao nivel de graduacao, representada por licenciatura de primeiro grau obtida em curso de curta duracao;

NIVEL 3 - Habilitacao especifica obtida em curso superior de graduacao correspondente a licenciatura plena.

PARAGRAFO PRIMEIRO - A mudanca de nivel e automatica e vigorara a contar do mes seguinte aquele em que o interessado requerer e apresentar o comprovante de nova habilitacao.

PARAGRAFO SEGUNDO - O nivel e pessoal, de acordo com a habilitacao especifica do professor, que o conserva na promocao a classe superior.

CAPITULO III

DO RECRUTAMENTO E DA SELECAO

ART. 17 - O recrutamento para os cargos de professor far-se-a para a classe inicial, mediante concurso publico de provas e titulos, observadas as normas gerais constantes do regime juridico dos servidores municipais.

ART. 18 - Os concursos publicos serao realizados segundo as areas e habilitacoes seguintes:

I - AREA 1 - Curriculo por atividades, ensino de primeiro grau, da 1A. a 4A. serie; habilitacao de magisterio de segundo grau;

II - AREA 2 - Curriculo por disciplina, ensino de primeiro grau, da 5A. a 8A. serie; habilitacao especifica de grau superior, obtida mediante licenciatura de primeiro grau, no minimo;

PARAGRAFO UNICO - Os concursos para a area 2 serao realizados somente quando houver vaga em disciplina para a qual nao haja possibilidade de aproveitamento de professor nos termos do art. 19, incisos de 10 e 20.

ART. 19 - O professor estavel com habilitacao

para lecionar em qualquer das areas referidas no art. anterior, podera pedir a mudanca de area de atuacao.

PARAGRAFO PRIMEIRO - A mudanca de area de atuacao depende da existencia de vaga em unidade de ensino e nao podera ocorrer se houver candidato aprovado em concurso publico para a respectiva area, salvo se nenhum deles aceitar a indicacao para a vaga existente.

PARAGRAFO SEGUNDO - Havendo mais de um interessado para a mesma vaga tera preferencia na mudanca de area o professor que tiver, sucessivamente:

I - Maior tempo de exercicio no magisterio publico do municipio;

II - Maior tempo de exercicio no magisterio publico em geral;

III - Mais idade.

PARAGRAFO TERCEIRO - E facultado a administracao, diante de real necessidade do ensino municipal e observado o disposto nos paragrafos anteriores, determinam a mudanca de area de atuacao do professor.

ART. 20 - O professor da area curriculo por disciplina, cujo numero de horas em que leciona for inferior a carga horaria normal estabelecida nesta lei para o membro do magisterio, tera de completar a jornada em outras atividades constantes das especificacoes do cargo de professor, conforme determinado pela direcao da escola ou do orgao central de educacao do municipio.

TITULO III

DO REGIME DE TRABALHO

ART. 21 - O regime normal de trabalho de professor e de 20 horas semanais.

PARAGRAFO PRIMEIRO - O professor podera ser convocado para trabalhar em regime suplementar, ate o maximo de 20 horas semanais, para substituir professores nos seus impedimentos legais, e nos casos de designacao para exercicio de direcao de escola e supervisao ou orientacao escolar.

PARAGRAFO SEGUNDO - A convocacao para trabalhar em regime suplementar, nos casos de substituicao, so tera lugar apos despacho favoravel do Prefeito, em pedido fundamentado do orgao responsavel pelo ensino, no qual fique demonstrada a necessidade temporaria da medida, que nao podera ultrapassar de 180 dias.

PARAGRAFO TERCEIRO - Nao podera ser convocada para trabalhar em regime suplementar o professor que estiver em acumulacao de cargos, empregos ou funcoes publicas.

TITULO IV

DO QUADRO DO MAGISTERIO

ART. 22 - E criado o quadro do magisterio publico do municipio, que sera constituído de cargos de professor e de funcoes gratificadas.

ART. 23 - Sao criados trinta cargos de professor.

PARAGRAFO UNICO - As especificacoes do cargo efetivo de professor sao as que constam do anexo unico desta lei.

ART. 24 - Sao criadas as seguintes funcoes gratificadas especificas do magisterio:

QUANTIDADE	DENOMINACAO	CODIGO
01 (um)	coordenador de ensino religioso	FG- 1
01 (um)	orientador de ensino pedagogico	FG- 3
01 (um)	supervisor de ensino de escola	FG- 2
01 (um)	coordenador de merenda escolar	FG- 1

PARAGRAFO PRIMEIRO - O exercicio das funcoes gratificadas de que trata este artigo e privativo de professor do municipio ou posto a sua disposicao, com habilitacao especifica.

PARAGRAFO SEGUNDO - O professor investido na funcao de supervisao ou orientacao escolar fica automaticamente convocado para trabalhar em regime suplementar de vinte horas, salvo se ja estiver em acumulacao de cargos.

TITULO V

DO PLANO DE PAGAMENTO

CAPITULO I

DA TABELA DE PAGAMENTO DOS CARGOS

E FUNCOES GRATIFICADAS

ART. 25 - Os vencimentos dos cargos efetivos do magisterio e o valor das funcoes gratificadas serao obtidas atraves da multiplicacao dos coeficientes respectivos pelo valor atribuido ao padrao referencial fixado no art. 26, conforme segue:

I - CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO:

CLASSES	NIVEIS		
	1	2	3
A	1.05	1.15	1.25
B	1.15	1.25	1.35
C	1.25	1.35	1.45
D	1.35	1.45	1.55
E	1.45	1.55	1.65

II - PROFESSORES NAO CONCURSADOS ESTAVEIS COM FUNCAO EXTINTAS:

NIVEIS		
1	2	3
1.00	1.05	1.15

III - FUNCOES GRATIFICADAS:

CODIGO	COEFICIENTE
FG - 1	0.50
FG - 2	0.60
FG - 3	0.75

PARAGRAFO UNICO - Os valores decorrentes da multiplicacao do coeficiente pelo valor do padrao referencial, serao arredondados para unidade de cruzeiros seguinte.

ART. 26 - O valor do padrao referencial e fixado em Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros reais).

CAPITULO II

DAS GRATIFICACOES

SECAO I

DISPOSICOES GERAIS

ART. 27 - Alem das gratificacoes e vantagens previstas para os servidores em geral do municipio, conforme lei de instituicao do regime juridico unico, serao deferidas aos

professores as seguintes gratificacoes especificas:

- I - Gratificacao pelo exercicio de direcao de escola; e
- II - Gratificacao pelo exercicio em escola de dificil acesso.

PARAGRAFO UNICO - As gratificacoes de que trata este artigo serao devidas somente quando o professor estiver no efetivo exercicio das atribuicoes de direcao de escola ou em escola de dificil acesso, conforme o caso, e durante os afastamentos legais com direito a remuneracao integral.

SECAO II

DA GRATIFICACAO PELO EXERCICIO DE DIRECAO DE ESCOLA

ART. 28 - Ao professor municipal designado para exercer as funcoes de diretor de escola e atribuido uma gratificacao mensal, de 30% (trinta por cento), sobre o padrao referencial do magisterio municipal

ART. 29 - O professor investido na funcao de direcao de escola fica automaticamente convocado para trabalhar em regime suplementar de dez horas semanais, se a unidade de ensino funcionar em um so turno, e de vinte horas semanais, se a unidade funcionar em mais de um turno.

PARAGRAFO PRIMEIRO - A convocacao que trata este artigo nao se aplica ao professor em acumulacao de cargos.

PARAGRAFO SEGUNDO - Cessara a convocacao para o regime suplementar se o professor for dispensado da direcao.

PARAGRAFO TERCEIRO - O professor designado para direcao de escola cuja carga horaria de trabalho em razao de acumulo for superior a prevista no caput. deste artigo, completara correspondente horario com atividade estritamente propria de cargo ou dos cargos que ocupar.

SECAO III

DA GRATIFICACAO PELO EXERCICIO EM ESCOLA DE DIFICIL ACESSO

ART. 30 - O professor lotado em escola de dificil acesso percebera, como gratificacao, vinte por cento do basico do magisterio municipal.

PARAGRAFO PRIMEIRO - As escolas de dificil acesso serao classificadas em decreto, baixado pelo Prefeito Municipal, mediante enquadramento de dificuldades de que trata este artigo.

PARAGRAFO SEGUNDO - Sao requisitos minimos para classificacao da escola como de dificil acesso:

- I - Localizacao na zona rural; e
- II - Distancia igual ou superior a dois quilometros da residencia do professor.

TITULO VI

DA CONTRATACAO PARA NECESSIDADE TEMPORARIA

ART. 31 - Consideram-se como de necessidade temporaria as contratacoes que visem a:

- I - Substituir professor legal e temporariamente afastado;E
- II - Suprir a falta de professores com a habilitacao especifica de magisterio.

ART. 32 - A contratacao a que se refere o inciso I do art. anterior somente podera ocorrer quando nao for possivel a convocacao de outro professor para trabalhar em regime suplementar, observado o disposto no paragrafo segundo do art. 21, devendo recair sempre que possivel em professor aprovado em concurso publico que se encontre na espera de vaga.

PARAGRAFO UNICO - O professor concursado que aceitar contrato nos termos deste artigo, nao perdera o direito a futuro aproveitamento em vaga do plano de carreira e nem sofrera qualquer prejuizo na ordem de classificacao.

ART. 33 - A contratacao de que trata o inciso II do art. 31, observara a seguinte normas:

I - Sera sempre em carater suplementar e a titulo precario, mediante verificacao previa da falta de professores com a habilitacao especifica para atender as necessidades do ensino;

II - A verificacao previa de que trata o inciso anterior sera feita mediante concurso publico, o qual tera de ser repetido de seis em seis meses para constatar a persistencia ou nao da insuficiencia de professores com habilitacao especifica de magisterio;

III - A contratacao sera precedida de selecao publica e sera por prazo determinado de seis meses, permitida a prorrogacao se verificada a persistencia da insuficiencia de professores com habilitacao de magisterio, nos termos do inciso anterior.

IV - Somente poderao concorrer a selecao publica candidatos que satisfacam a instrucao minima exigida para lecionar em carater suplementar e a titulo precario, conforme previsto na legislacao federal que fixa as diretrizes e bases do ensino de 1º e 2º graus.

ART. 34 - As contratacoes serao de natureza administrativa, ficando assegurados os seguintes direitos ao contratado:

- I - Regime de trabalho de vinte horas semanais;

- II - Vencimento mensal igual ao valor do padrao referencial de que trata o art. 26;
- III - Gratificacao natalina e ferias proporcionais nos termos do regime juridico unico dos servidores do municipio;
- IV - Gratificacao de dificil acesso e por exercicio de direcao de escola, quando for o caso, nos termos desta Lei;
- V - Inscricao em sistema oficial de previdencia social.

TITULO VII DISPOSICOES GERAIS E TRANSITORIAS

ART. 35 - Ficam extintos todos os cargos efetivos, em comissao ou funcoes gratificadas especificas do magisterio municipal anteriores a vigencia desta Lei.

ART. 36 - Os atuais professores concursados do magisterio municipal serao aproveitados nos cargos criados por esta Lei, distribuidos nas classes A, B, C, e D do quadro de carreira e no nivel de habilitacao que lhe corresponder, observado o seguinte:

I - Na classe A os professores que possuirem ate cinco anos de exercicio no magisterio do municipio;

II - Na classe B os professores que possuirem mais de cinco anos e ate dez anos de exercicio no magisterio do municipio;

III - Na classe C os professores que possuirem mais de dez anos ate quinze anos de exercicio no magisterio do municipio;

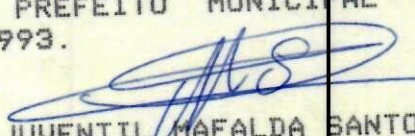
IV - Na classe D os professores que possuirem mais de quinze anos de exercicio no magisterio do municipio.

ART. 37 - Os concursos realizados ou em andamento para provimento de cargos ou empregos publicos de professor terao validade para efeito de aproveitamento dos candidatos em cargos criados por esta Lei.

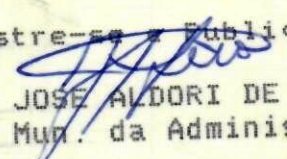
ART. 38 - Revogam-se as disposicoes em contrario.

ART. 39 - Esta Lei entrara em vigor no dia primeiro do mes seguintes ao de sua publicacao.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMILIA, em 29 de outubro de 1.993.


JUVENTIL MAFALDA SANTOS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se


JOSE ALDORI DE LIMA
Sec. Mun. da Administracao